

DECRETO RIO Nº 52842 DE 11 DE JULHO DE 2023

Regulamenta a Lei Municipal nº 7.987, de 11 de julho de 2023, que *institui ações de combate à obesidade infantil*, e dá outras providências.

O PREFEITO DA CIDADE DO RIO DE JANEIRO, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, e

CONSIDERANDO que a obesidade infantil constitui grave problema de saúde pública, estando relacionada a uma série de fatores, incluindo hábitos alimentares;

CONSIDERANDO que o consumo de bebidas e alimentos ultraprocessados aumenta o risco de obesidade, podendo ainda acarretar diversos outros problemas à saúde;

CONSIDERANDO que, para promoção do bem estar infantil, é indispensável a alimentação adequada e saudável em ambiente escolar;

CONSIDERANDO a necessidade de atuação do poder público no combater à obesidade infantil;

CONSIDERANDO a previsão regulamentar contida na Lei Municipal nº 7.987, de 11 de julho de 2023,

DECRETA:

Art. 1º As ações de combate à obesidade infantil, instituídas pela Lei Municipal nº 7.987, de 11 de julho de 2023, requerem o emprego da alimentação saudável e adequada no ambiente escolar e têm o disciplinamento definido segundo as disposições deste Decreto.

Parágrafo único. Por alimentação escolar, para os efeitos deste regulamento, entende-se todo o alimento oferecido no ambiente escolar, independentemente de sua origem.

Art. 2º É proibido, na forma da Lei Municipal nº 7.987, a venda e a oferta de bebidas e alimentos ultraprocessados nas escolas públicas e privadas de ensino infantil e fundamental estabelecidas no Município.

§ 1º Para os efeitos deste regulamento, entende-se por alimentos ultraprocessados as formulações cuja fabricação envolve várias etapas técnicas de processamento exclusivamente industrial possuindo um elevado número de ingredientes sintetizados, obtidos inteira ou majoritariamente de substâncias extraídas de derivados de constituintes alimentares.

§ 2º A vedação de que trata o *caput* deste artigo alcança produtos constituídos por cinco ou mais ingredientes, especialmente:

I - as gorduras vegetais hidrogenadas;

II - os óleos interesterificados;

III - o amido modificado;

IV - o xarope de frutose;

V - os isolados proteicos;

VI - os agentes de massa;

VII - os espessantes;

VIII - os emulsificantes;

IX - os corantes;

X - os aromatizantes;

XI - os realçadores de sabor.

§ 3º Será permitida para as escolas públicas municipais, a oferta ou distribuição desses produtos, em situações emergenciais ou excepcionais, de acordo com o disposto no Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE.

Art. 3º Fica incluído como item do currículo escolar no Município a Educação Alimentar e Nutricional - EAN, que deverá abordar o desenvolvimento de práticas saudáveis de vida na perspectiva da segurança alimentar e nutricional.

Art. 4º Às unidades de alimentação e nutrição dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino recomenda-se:

I - afixar cartazes estimulando o consumo de alimentos in natura ou minimamente processados;

II - disponibilizar bebidas minimamente processadas, tais como sucos da fruta, chás, água de coco;

III - incentivar a aquisição de gêneros alimentícios produzidos no âmbito local pela agricultura familiar e pelos empreendedores familiares rurais.

Art. 5º Os estabelecimentos de ensino especificados no art. 2º deste Decreto deverão providenciar as adequações necessárias à plena observância ao regramento ora fixado, no prazo de cento e oitenta dias contados da data de entrada em vigor da presente norma.

Art. 6º O descumprimento das normas estabelecidas neste regulamento configurará infração de natureza sanitária sujeitando o infrator às seguintes sanções:

I - notificação para regularização no prazo de dez dias;

II - advertência;

III - multa diária de mil e quinhentos reais, em se tratando de escola particular, até que a irregularidade seja sanada.

§ 1º A reincidência praticada por unidades particulares de ensino ensejará a aplicação de multa reiteradamente, sem prejuízo de interdição da atividade a critério da autoridade sanitária competente, sendo, neste caso, desnecessário o atendimento ao rito previsto nos incisos I e II deste artigo.

§ 2º O estabelecimento de ensino poderá responder solidariamente por infrações cometidas pelo responsável de cantina ou serviço de alimentação terceirizado, instalado em suas dependências.

§ 3º O valor da multa tratada no inciso III deste artigo será atualizado na forma estabelecida na Lei nº 3.145, de 08 de dezembro de 2000.

Art. 7º A fiscalização ao disposto no presente Decreto ficará a cargo das autoridades sanitárias do Instituto Municipal de Vigilância Sanitária, Vigilância de Zoonoses e de Inspeção Agropecuária, da Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 8º O Secretário Municipal de Saúde poderá editar atos complementares necessários ao cumprimento do disposto neste regulamento.

Art. 9º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 11 de julho de 2023; 459º ano da fundação da Cidade.

EDUARDO PAES